

O Sistema Financeiro Angolano

Coordenação: Paulo Câmara

Vera Daves de Sousa (Prefácio)

Ana Regina Victor

Elisa Rangel Nunes

Herlander Diogo

Irina Delgado

Joana Pinto Monteiro

João Fonseca

João Pedro Tavares

José Cesaltino Victoriano Manuel

José Guilherme Gomes

Leonildo Manuel

Mário Gavião

Martim Bóia

Rosa Mangovo

Rute Santos

Sofia Vale

O Sistema Financeiro Angolano

2020

Paulo Câmara (*Coordenação*)
Vera Daves de Sousa (*Prefácio*)
Ana Regina Victor
Elisa Rangel Nunes
Sofia Vale
Leonildo Manuel
Rosa Mangovo
Rute Santos
Joana Pinto Monteiro

João Fonseca
José Guilherme Gomes
Irina Delgado
João Pedro Tavares
Martim Bóia
Mário Gavião
Herlânder Diogo
José Cesaltino Victoriano Manuel

O SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO

COORDENAÇÃO

Paulo Câmara

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

ACD Print, S.A.

Dezembro, 2020

DEPÓSITO LEGAL

477556/20

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

O SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO

O sistema financeiro angolano / coord. Paulo Câmara. – (Obras colectivas)

ISBN 978-972-40-8962-1

I – CÂMARA, Paulo, 1967-

CDU 34

APRESENTAÇÃO

PAULO CÂMARA

Na última década, o sistema financeiro de Angola tem conhecido uma evolução significativa. Como manifestações mais relevantes deste traço evolutivo, pode indicar-se o aumento da oferta de serviços e de produtos financeiros em todo o território angolano, a diversificação e aumento de número das instituições financeiras bancárias e não bancárias autorizadas, a constituição da bolsa de valores (BODIVA) e, mais recentemente, o início do processo de privatizações que envolve instituições do sistema financeiro. Esta evolução tem sido potenciada através de uma sucessão cuidada de reformas normativas, seja em termos legislativos, seja em termos regulamentares.

Neste contexto, o presente livro é dedicado à análise do sistema financeiro Angolano, nas suas três dimensões – banca, mercado de valores mobiliários e seguros.

Para o cumprimento deste objetivo, o livro subdivide-se em quatro partes. Na Parte I são identificadas as características comuns e transversais dos diversos subsectores, através de uma introdução ao direito do sistema financeiro de Angola, apresentada por Paulo Câmara. O texto conclui pela importância de dois vectores fundamentais: de um lado, a cultura das instituições do sistema financeiro e a sua governação; de outro lado, na atuação dos órgãos de aplicação do Direito.

Por seu turno, à Parte II incumbe tratar os temas relativos ao sistema bancário. Esta Parte inicia-se através de uma exposição transversal e sistematizada sobre as fontes de direito bancário, da autoria da Professora Elisa Rangel Nunes (Capítulo 2). Aqui é assinalada nomeadamente a natureza geminada do direito bancário, a combinar normas de direito privado e normas de direito

público – o que vale também para o direito dos valores mobiliários e para o direito dos seguros. Subsequentemente, Sofia Vale e Leonildo Manuel oferecem a sua análise das instituições financeiras (Capítulo 3), facultando uma digressão pelo catálogo de tipos de instituições e um exame às atividades respetivamente permitidas. À autoridade de supervisão bancária – o Banco Nacional de Angola – é dedicado o estudo de Rosa Mangovo (Capítulo 4), que desenvolve e atualiza a sua dissertação de Mestrado, com claro enfoque na supervisão comportamental. No sistema financeiro angolano, desempenha uma função central o regime cambial, aqui examinado através do olhar atento de Rute Santos (Capítulo 5): destaca-se nomeadamente a reconstituição aturada de fontes e a organização metódica de indicações destas resultantes. Por seu turno, a Joana Pinto Monteiro compete uma apresentação dos deveres fundamentais das instituições financeiras bancárias, no Capítulo 6. Segue-se um par de artigos centrados na governação de bancos, um deles assinado por João Fonseca, tendo por objeto o regime atual (Capítulo 7) e o outro por Leonildo Manuel, que se foca nas perspetivas de evolução do quadro regulamentar vigente (Capítulo 8): ambos documentam o papel central que a governação societária tem desempenhado na evolução do sistema bancário. No Capítulo 9, José Guilherme Gomes dedica-se à análise do regime de prevenção de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo. O Capítulo 10 é preenchido com o artigo sobre contratos de crédito bancário, a cargo de Irina Delgado, com um recenseamento das características fundamentais de cada tipo contratual bancário. Por fim, João Pedro Tavares e Martim Bóia ocupam o Capítulo 11 com uma análise completa e muito documentada sobre a interrelação entre o sistema bancário e o desenvolvimento económico.

A Parte III recolhe as reflexões sobre o mercado de valores mobiliários. Depois de um capítulo introdutório sobre Fontes (Capítulo 12), de Paulo Câmara e Ana Regina Vitor (a incluir uma recolha histórica importante, a cargo desta co-autora), segue-se uma intervenção do Consultor da Ministra das Finanças, Dr Mário Gavião, sobre regulação (Capítulo 13): aqui se oferece um mapa analítico sobre as competências da CMC e um levantamento da dupla face da regulação mobiliária, a institucional e a material, cuja delimitação se revela importante para, segundo o Consultor, “*a necessária objectividade na função regulatória do organismo regulador*”. Os tipos de

valores mobiliários são examinados por Ana Regina Vitor, no Capítulo 14, através de um ensaio que atualiza e desenvolve a sua dissertação académica de mestrado. Por seu turno, Herlânder Diogo faculta uma análise sistematizada dos deveres das instituições financeiras não bancárias (Capítulo 15).

A Parte IV encerra o volume, tratando de temas ligados ao sector segurador. Uma apresentação sobre as instituições seguradoras é-nos confiada por Joana Pinto Monteiro (Capítulo 16), a que se segue com um artigo de José Cesaltino Victoriano Manuel sobre seguros obrigatórios (Capítulo 17), percorrendo sucessivamente a sua evolução histórica, o seu regime e as perspectivas de evolução próxima.